

PTAN-APS-SuCR-1997-TXT-0587



SENADORA BENEDITA DA SILVA



SENADO FEDERAL

Senadora
Benedita da Silva

**ARTIGOS
DA SENADORA
BENEDITA DA SILVA
PUBLICADOS
EM ATRIBUICAO
DA COMISSAO
DE VERIFICACAO
DO CASO
DA SENADORA
BENEDITA DA SILVA
EM 1997**

OPAA: Cássio Rocha

Brasília - 1997

SENADO FEDERAL
SENADORA BENEDITA DA SILVA

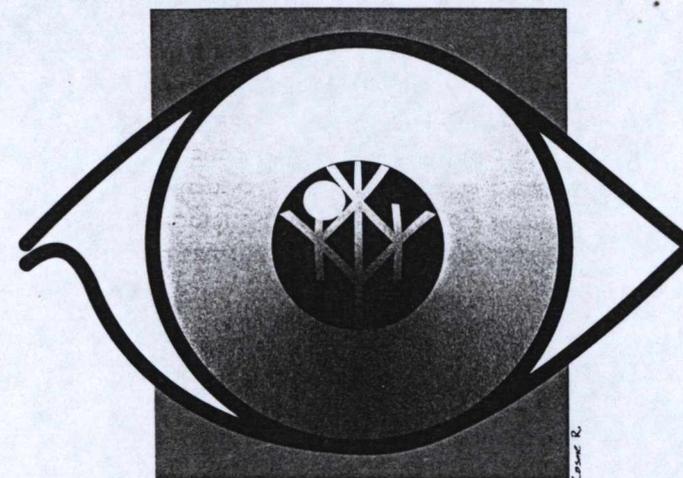
**Artigos da Senadora
Benedita da Silva
publicados na imprensa**

BRASÍLIA - 1997

Sumário

1. Uma auditoria na Previdência, 5
Folha de S. Paulo (São Paulo, SP) – 30-5-95
2. O bode expiatório, 7
O Dia (Rio de Janeiro, RJ) – 12-2-96
3. 108 anos de Lei Áurea: Projeto de cidadania, 9
Jornal do Brasil (Rio de Janeiro, RJ) – 13-5-96
4. 13 de Maio, 11
Jornal do Brasil (Rio de Janeiro, RJ) – 13-5-96
5. Saúde: Uma tragédia brasileira, 15
Jornal do Brasil (Rio de Janeiro, RJ) – 25-6-96
6. Casas de Saúde: A morte como prêmio, 17
Correio Braziliense (Brasília, DF) – 3-7-96
7. Dor e sofrimento na terceira idade, 19
O Fluminense (Niterói, RJ) – 23-7-96
8. Não deixe a fumaça entrar em sua sala, 21
O Fluminense (Niterói, RJ) – 16-7-96
9. Mandela, o carisma da África, 23
Folha de S. Paulo (São Paulo, SP) – 17-7-96
10. A fé na nova Rússia, 25
Tribuna da Imprensa (Rio de Janeiro, RJ) – 22-7-96
11. A vacina da amizade, 27
O Dia (Rio de Janeiro, RJ) – 22-7-96

12. Eutanásia: Um desrespeito à vida, 29
Correio Braziliense (Brasília, DF) – 25-7-96
13. Negros tiriricas da vida, 31
Revista Manchete (Rio de Janeiro, RJ) – 3-8-96
14. O espaço da mulher, 33
O Dia (Rio de Janeiro, RJ) – 3-8-96
15. O empregado doméstico com o apoio da lei, 35
O Fluminense (Niterói, RJ) – 10-8-96
16. Uma nova bancada feminina, 37
O Dia (Rio de Janeiro, RJ) – 3-10-96
17. Rio 2004: Os jogos da redenção, 41
O Fluminense (Niterói, RJ) – 9-11-96
18. A realidade do trabalho infantil, 43
Folha de S. Paulo (São Paulo, SP) – 12-12-96



1

Uma auditoria na Previdência

Folha de S. Paulo (São Paulo, SP) – 30-5-95

A edição da Medida Provisória nº 935, que compromete recursos da seguridade social, põe por terra o argumento do Governo de que a Previdência está falida. Através de alterações na Lei de Custeio da Seguridade Social (Saúde, Previdência e Assistência Social), a MP permite que recursos dessas áreas sejam transferidos para o Tesouro Nacional, mas impede que o mesmo seja feito pelo Tesouro em relação à seguridade social, como determina a Constituição e a própria Lei de Custeio.

A medida permite não só que sejam utilizados R\$5 bilhões para pagamento de inativos da União, como também dá oportunidade ao Executivo de utilizar esses recursos no pagamento de funcionários da ativa. Esses recursos poderão ser utilizados para cobrir déficits do Tesouro. Isso poderá se transformar em uma verdadeira bomba de efeito retardado, que acabará explodindo no pagamento das obrigações da Saúde e da Previdência.

O Presidente do Congresso, Senador José Sarney, quis rejeitar a MP nº 935, pois a medida nem sequer foi acompanhada de exposição de motivo. O Ministro da Saúde, Adib Jatene, consciente de que a sua pasta seria a primeira vítima da MP, num gesto digno de defesa das verbas da Saúde, colocou seu cargo à disposição do Presidente.

No Congresso e na sociedade levantam-se vozes contra uma medida que põe em risco os recursos da seguridade social. Precisamos revogá-la imediatamente, antes que cause prejuízos irreparáveis.

A Constituinte de 88, ao estabelecer o financiamento da seguridade social amparado por recursos do Estado (União, Estados e Municípios) e nas contribuições empresariais e dos

trabalhadores, garantiu a execução dos programas em parceria com o Estado e a sociedade para a construção da cidadania. Essa determinação constitucional não pode ser desrespeitada por uma simples medida provisória do Executivo.

Mas a MP nº 935 nos remete também a uma outra questão. O alardeado «rombo» da Previdência está sendo desmentido por esse ato do próprio Governo. O argumento «rombo», que foi utilizado como pretexto contra o aumento do salário mínimo e também para justificar a imediata reforma da Previdência, perdeu sua credibilidade. Como sustentar esse argumento se é justamente a Previdência que socorre o Tesouro? Essa contradição mostra que os sindicatos e os aposentados têm razão quando questionam não só a urgência como o conteúdo das reformas propostas.

Se considerarmos ainda a declaração do próprio ministro de que, no ano passado, houve um saldo de R\$1,8 bilhão, o qual já passa de R\$2 bilhões, a idéia é de que o momento do nascimento do filho de apenas R\$17,00 consome recursos insignificantes. Ao invés de sua extinção, o que está colocado é a necessidade da revisão de seu valor como instrumento de política de proteção à família, como se faz internacionalmente.

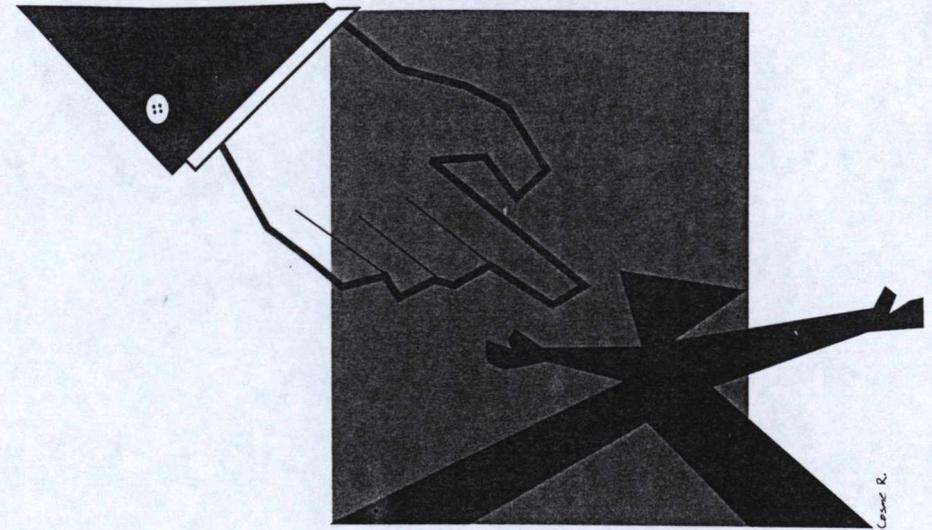
No mesmo sentido, não se justifica a exigência de que a mulher trabalhe mais tempo para se aposentar. A Constituição de 88 garante a diferenciação, o que é prática internacional, num reconhecimento de que a mulher exerce durante a sua vida uma dupla jornada de trabalho.

Mesmo os alegados defeitos da aposentadoria por tempo de serviço não justificam a sua extinção. A emenda é pior que o soneto. A introdução da aposentadoria aos 65 anos, como na Argentina, agravará ainda mais o *apartheid* social no Brasil, onde sabemos das dificuldades de garantir-se emprego a partir de uma certa idade e que 50% dos trabalhadores de salário mínimo não alcançam os 65 anos de idade.

Gostaria de registrar um caminho para o aperfeiçoamento da Previdência. Um caminho que garanta não só a preservação dos benefícios, mas também a ampliação dos direitos sociais, colaborando para pôr fim à exclusão social. Um caminho que assegure uma Previdência Social pública e complementada, através de sistema público e privado. Caminho possível de ser trilhado, inclusive, a partir de um combate tenaz à sonegação e à fraude.

Ao invés de uma reforma a toque de caixa, centrada na redução de benefícios e que abre campo para a privatização da Previdência, é preciso uma ampla discussão com a sociedade. Começando pela auditoria da Previdência e culminando numa conferência nacional.

O debate irá cimentar o terreno para a gestão pública da Previdência. Dessa forma, estaremos trabalhando para que a Previdência se constitua num dos pilares da construção da cidadania plena.



2

O bode expiatório

O Dia (Rio de Janeiro, RJ) - 12-2-96

Esse ano o Congresso Nacional vai debater a reforma administrativa e, dentro dela, a polêmica questão da estabilidade do funcionalismo. Como pano de fundo desse debate está o problema da ineficiência do serviço público.

A inoperância da administração pública no Brasil, seja da União, dos estados ou dos municípios, é sentida por todos. Quem já não foi mal-atendido numa repartição? Quem não conhece caso de corrupção ou de clientelismo?

A percepção do problema é simples, difícil é a identificação de sua causa ou causas. O que não podemos aceitar é o recurso simplista de jogar toda a responsabilidade por essa situação nas costas do funcionalismo.

As elites brasileiras sempre atribuem aos trabalhadores a responsabilidade pelas crises e problemas nacionais. É o caso da inflação, por exemplo, que em todas as épocas é combatida exclusivamente às custas dos salários dos trabalhadores. Agora querem fazer o mesmo com a reforma administrativa, atribuindo à estabilidade do funcionário toda a culpa pela ineficiência da máquina e pelos gastos orçamentários.

Na realidade, porém, a responsabilidade pelo descabro da administração pública cabe aos próprios governantes, com poucas exceções. O caráter público da máquina estatal no Brasil só existe na Constituição.



3

108 anos de Lei Áurea: Projeto de cidadania

Jornal do Brasil (Rio de Janeiro, RJ) – 13-5-96

O conhecimento sobre as desigualdades raciais, que nos leva a constatar que um trabalhador negro, com formação universitária, recebe o equivalente à metade do salário de um trabalhador branco com igual qualificação, comprova a teoria de que a discussão sobre a problemática racial não pode estar ausente da agenda política nacional.

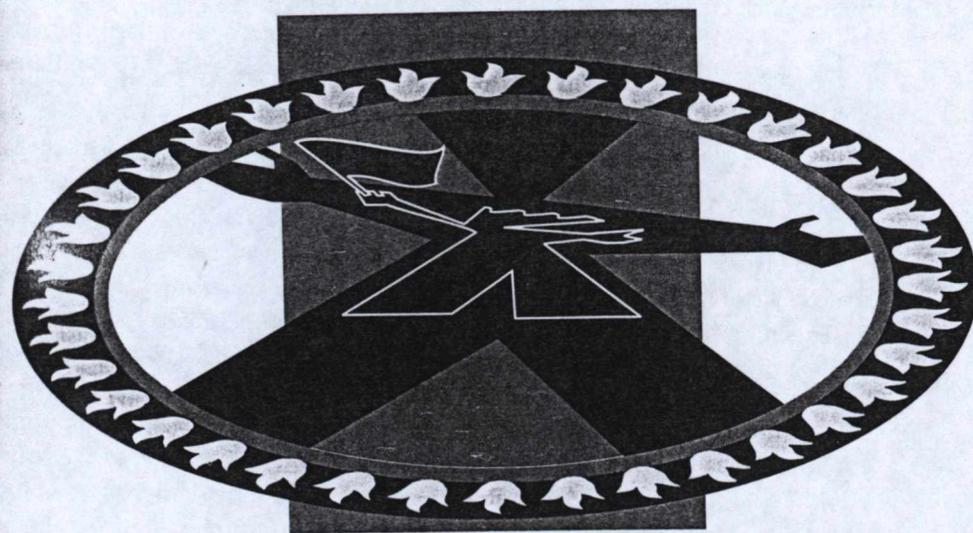
As condições em que os negros exercem sua cidadania precisam ser reconhecidas por todos como anômalas. Cálculos do IBGE indicam que 44,2% da população brasileira, ou mais de 65 milhões de pessoas, é «preta ou parda». No entanto, nas esferas de influência e de poder, a presença negra é restrita, para não dizer nula.

As estatísticas sobre concentração de renda no Brasil – a maior do planeta – não deixam margem de dúvida sobre as diferenças raciais: de cada 100 afro-brasileiros que trabalham, cerca de 1/3 vive apenas com 100 reais por mês. Por outro lado, em cada grupo de 100 «pretos» que trabalham, temos apenas dois que atingem a privilegiada faixa dos que recebem mais de mil reais.

O racismo viola o direito à igualdade, um dos pilares fundamentais da democracia, mas não basta a igualdade de todos perante a lei. É preciso assegurar aos afro-brasileiros condições dignas de vida, pois o processo de desenvolvimento nacional só se completará com a supressão das desigualdades históricas impostas ao povo negro. Não é possível construir um projeto de nação, de cidadania, sem levar em conta a exclusão de grande parte dessa população.

O ano de 1995 foi um ano de especial importância para os afro-brasileiros, porque consagrou-se com o ano Zumbi dos Palmares, tricentenário de sua morte. A temática racial destacou-se no plano político nacional, refletindo um crescimento sem precedentes na luta contra o racismo em nossa história recente, porque Palmares representou uma das principais contribuições do povo negro para a formulação dos ideais de democracia e da capacidade de superar as desigualdades. O projeto de construção da cidadania do povo negro, tão difundido durante o Tricentenário de Zumbi, precisa ser resgatado neste 13 de maio, muito mais que em comemorações pela abolição da escravatura.

Todas as denúncias de racismo já foram feitas, não apenas através de nossa presença no Congresso Nacional, mas também como consequência da multiplicação e fortalecimento das organizações do Movimento Negro, demonstrando nossa maturidade e maioria política. O mito da democracia racial está ultrapassado. O próprio Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, reconheceu recentemente que existe preconceito racial no Brasil. Exigimos, portanto, ações efetivas do Estado que retirem a população negra da condição de marginalização perante a sociedade brasileira, para que tenhamos orgulho de conviver na multiplicidade de raças e de culturas.



4

13 de Maio

Jornal do Brasil (Rio de Janeiro, RJ) - 13-5-96

Dois grandes mitos dominam a nossa história oficial: o mito da índole pacífica do brasileiro e o da «democracia racial». As reivindicações e manifestações do povo, contudo, sempre foram esmagadas com violência. Cunhada, na República Velha, a frase de que «a questão social é caso de polícia» serve, lamentavelmente, para caracterizar todas as fases da História do País.

Quanto à suposta «democracia racial», só existe mesmo no discurso oficial e livros escolares. O Brasil precisa saldar uma dívida racial que, ainda hoje, causa sofrimento e frustração a milhões de brasileiros.

A discriminação racial está presente em todos os aspectos da vida social e é muito difícil de ser negada. Segundo o Mapa do Mercado de Trabalho do IMGE, relativo a 1990, enquanto o rendimento nominal médio das pessoas ocupadas era de 4.1 salários mínimos, as mulheres ficavam com 2.8 e os negros com 2.5. No sistema educacional, os negros vão sumindo à medida que se sobem os graus de instrução. Na época do *apartheid*, havia mais negros nas universidades sul-africanas do que nas brasileiras. Temos que considerar ainda que não consta dos currículos escolares nenhuma referência às raízes históricas das populações afro-brasileiras. Isso deixa os negros em desvantagem porque impede a construção de sua própria identidade coletiva, debilitando a sua auto-estima e dificultando o desenvolvimento de todo o seu potencial cultural. As crianças e adolescentes vítimas dos grupos de extermínio são, em sua maioria, negros. Como é negra a maioria das mulheres pobres que é esterilizada em massa no País, conforme constatou a CPI da esterilização criada pela Câmara dos Deputados.

Os teóricos do racismo brasileiro têm interpretado a miscigenação crescente, uma característica de nossa sociedade, como um processo de «branqueamento» da população negra do mundo. Do ponto de vista democrático, o reconhecimento da miscigenação implica não só a aceitação da legitimidade, da cultura do negro e de outras etnias, como também a defesa da igualdade de seus direitos na sociedade.

Na formação da nacionalidade, a contribuição do negro foi marcante. Participamos ativamente de todos os momentos decisivos da História do País, tanto daqueles de consolidação nacional quanto os de afirmação popular, democrática e racial. Estivemos com Henrique Dias na expulsão dos holandeses. Organizamos com Zumbi o Quilombo dos Palmares. Lutamos pela República com Frei Caneca, Confederação do Equador. Defendemos, na Bahia, com armas nas mãos, a recém-proclamada Independência do Brasil. Estivemos nas revoltas populares da Cabanada, no Pará, Balaiada, no Maranhão, Sabinada, na Bahia, e Praieira, em Pernambuco. Participamos da Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul, e combatemos com heroísmo na Guerra do Paraguai. Cumprimos um papel decisivo na grande campanha popular do Abolicionismo, quando se destacaram os líderes negros Luís Gama, José do Patrocínio e André Rebouças. Estivemos na Guerra do Contestado e na Revolta da Chibata, com o marinheiro João Cândido, o «Almirante Negro». Participamos da Revolução de 30 com Getúlio Vargas e lutamos bravamente na Força Expedicionária Brasileira contra o nazi-fascismo. Participamos da campanha do «O petróleo é nosso» e ajudamos a construir Brasília. Reorganizamos com Lula o movimento sindical independente e lutamos na linha de frente contra o autoritarismo militar, pela anistia e Diretas-Já. Lideranças negras de diferentes segmentos estão sendo eleitas para cargos executivos e legislativos.

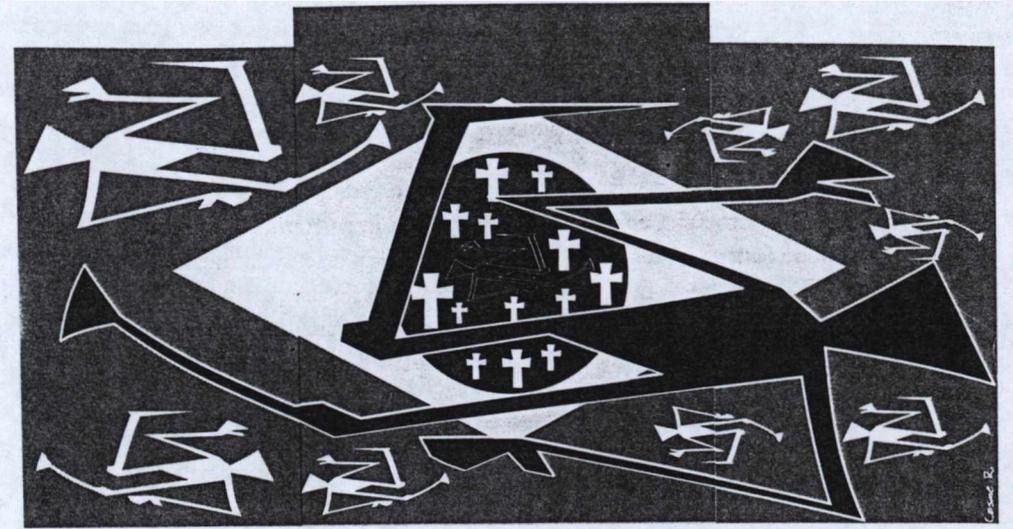
Destacamos a participação política do negro porque é a mais subestimada. Na dança, música, literatura, esportes, artes plásticas e folclore, a nossa contribuição é mais reconhecida. No campo das ciências e filosofia, apesar do sistema educacional excludente, muitos negros também se destacaram, como André Rebouças, na Engenharia, Juliano Moreira, na Medicina, Manuel Querino e Edson Carneiro, na Etnografia, e Tobias Barreto, na Filosofia.

Os negros, índios, mestiços e pobre em geral, que participaram e continuam participando da construção do País com o seu trabalho físico e intelectual, sempre são deixados de fora do edifício nacional, tratados como cidadãos de segunda categoria. A persistir tamanha injustiça social e a absurda discriminação racial, nunca teremos uma democracia realmente ampla, sólida e enraizada. Enquanto não assumir o caráter multirracial de sua identidade nacional, o Brasil não encontrará o seu verdadeiro destino de grande nação.

No dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, vamos comemorar os 300 anos de morte de Zumbi, ou melhor, da imortalidade de Zumbi, pois o seu espírito rebelde continua vivo em todos nós. Zumbi foi o maior líder do Quilombo dos Palmares, uma comunidade democrática criada no século XVII, na Serra da Barriga, Alagoas, por escravos negros fugitivos e que durou quase cem anos. Palmares foi uma comunidade multirracial, da qual participaram também índios, brancos e mestiços. Portanto, Palmares

é patrimônio histórico não apenas dos negros, mas de todo o movimento democrático e popular do País.

A campanha pelos 300 anos da imortalidade de Zumbi é o momento ideal para se resgatar a identidade histórica do negro e se discutir amplamente a discriminação racial no Brasil. É hora de realizarmos um grande diálogo multirracial para aprofundarmos a unidade nacional com base no respeito às diferenças étnicas e raciais.



5

Saúde: Uma tragédia brasileira

Jornal do Brasil (Rio de Janeiro, RJ) - 25-6-96

A tragédia humana revelada pela morte de quase 100 pessoas na Clínica Santa Geneveva, no Rio de Janeiro, nos últimos dias, veio revelar à sociedade a ponta de um grande *iceberg*, submerso nas águas geladas da inércia do Governo quanto ao trato da saúde em nosso País.

A questão da saúde é uma preocupação similar à dos trabalhadores sem-terra, à problemática racial e à falta de um programa básico de moradia para atender a milhares de pessoas em favelas, mocambos e cortiços em todo o Brasil.

Num desrespeito à Constituição, em seus artigos 229 e 230, o idoso está sendo tratado em condições subumanas e relegado como algo desprezível, mesmo contrariando pesquisas de opinião, as quais revelam, por índice superior a 90%, que o idoso deve ser cuidado por sua própria família. O próprio Governo está sendo ludibriado. Para que se tenha uma idéia, o proprietário da Clínica Santa Geneveva, Eduardo Spínola, responde no Ministério Público Federal a inquérito por fraude, por haver recebido, em 1994, do Governo, 34.325 diárias fantasmas, cobradas de pacientes inexistentes. O outro proprietário, José Mansur, também foi denunciado por cobrar 471 diárias em excesso, em uma outra clínica de sua propriedade.

Por entender que o Senado não podia ficar indiferente à problemática da Clínica Santa Geneveva e tampouco à saúde no Estado do Rio de Janeiro e no País, encaminhei

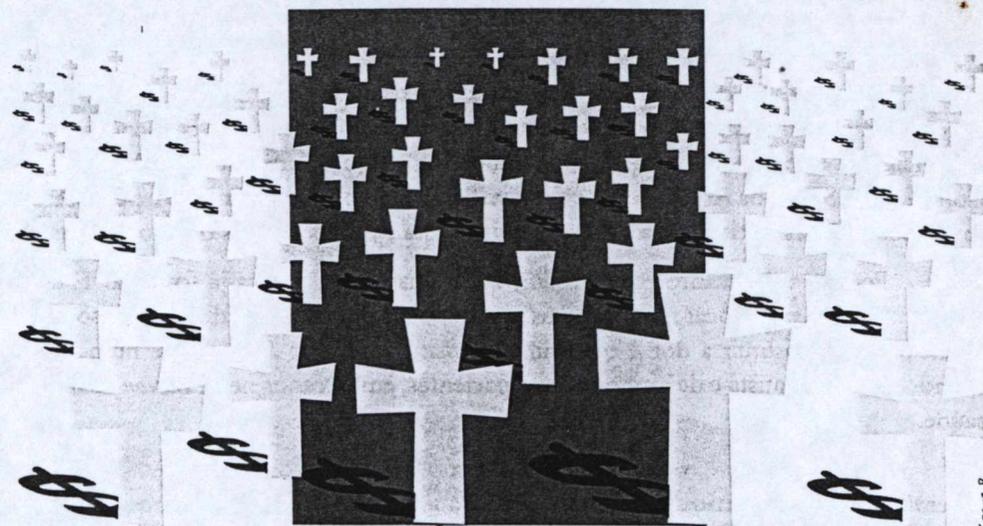
requerimento – com base em denúncias veiculadas pela imprensa sobre o número de calamidades em que aquela instituição se encontrava – de criação de uma Comissão Temporária Interna, da qual fui indicada presidente, para acompanhar *in loco* os atos e as circunstâncias que envolvem aquela clínica, e da mesma forma averiguar as demais clínicas e casas geriátricas no Rio de Janeiro.

Convocamos a presença do Ministro da Saúde, Adib Jatene, para prestar esclarecimentos na referida comissão, e dele cobramos pontos importantes, tais como a questão do último alvará de funcionamento daquela clínica, a fiscalização da mesma, o valor dos repasses do SUS nos últimos dois anos, se o Ministério da Saúde fiscalizava as clínicas que recebem repasses do SUS, se o mesmo é notificado quando ocorrem óbitos dos pacientes internados e quais os critérios utilizados pelo Ministério para com o trato da saúde dos pacientes na terceira idade.

O Brasil, como é conhecido, é a 10ª economia do mundo, mas quando se trata de aplicar os recursos públicos necessários na saúde do seu povo está classificado em 74º lugar. Não podemos admitir que na virada do século tenhamos um quadro tão caótico na saúde nacional, com crianças mortas por infecções hospitalares e a terceira idade dizimada em hospitais e em casas geriátricas, a exemplo da Clínica Santa Genoveva. Isso nos lembra, naturalmente, as mortes nos campos de concentração nazistas.

O povo brasileiro, por direito, espera uma ação mais eficaz do Governo para o tratamento de sua saúde. O contribuinte não pode ser culpado pelos recursos insuficientes nem pela baixa remuneração dos profissionais da área da saúde.

Lamentamos profundamente que as políticas governamentais, elaboradas e discutidas em tribunas do Congresso Nacional, e reveladas à opinião pública pela imprensa, não tenham tido o efeito necessário em benefício do contribuinte, do trabalhador.



6

Casas de Saúde: A morte como prêmio

Correio Braziliense (Brasília, DF) – 3-7-96.

Nos dias atuais, nunca o trabalhador pediu tão pouco do Governo. Já cansado pelos embates da vida, ele espera apenas duas coisas: primeiro, o reconhecimento da família, dos seus entes queridos; segundo, a atenção do Governo para o cumprimento de seus direitos a uma aposentadoria digna.

Recorrer hoje, por necessidade, aos cuidados de um hospital, de uma clínica ou casa geriátrica significa, muitas vezes, ser contaminado por uma doença infecto-contagiosa, a perda de um dos seus órgãos, partes do corpo ou a morte prematura.

Um destes exemplos é o de Estoecel Batista de Menezes, 56 anos, natural de Bom Jesus de Itabapoana, RJ, um paciente crônico que esteve internado por quase um ano na Clínica Santa Genoveva para a realização de fisioterapia. Quando chegou a esta clínica, foi-lhe cedida uma cadeira de rodas velha, enferrujada e com algumas pontas que, devido ao uso, veio ferir as suas pernas. Acometido de gangrena, foi removido para o Hospital Miguel Couto, onde teve as suas pernas amputadas.

Previamente avisados da diligência do Sindicato dos Médicos, a Clínica Santa Genoveva mandou tapar as partes pontiagudas daquela cadeira, corretamente cognominada no relatório que o Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro apresentou ao Ministério Público de «cadeira assassina».

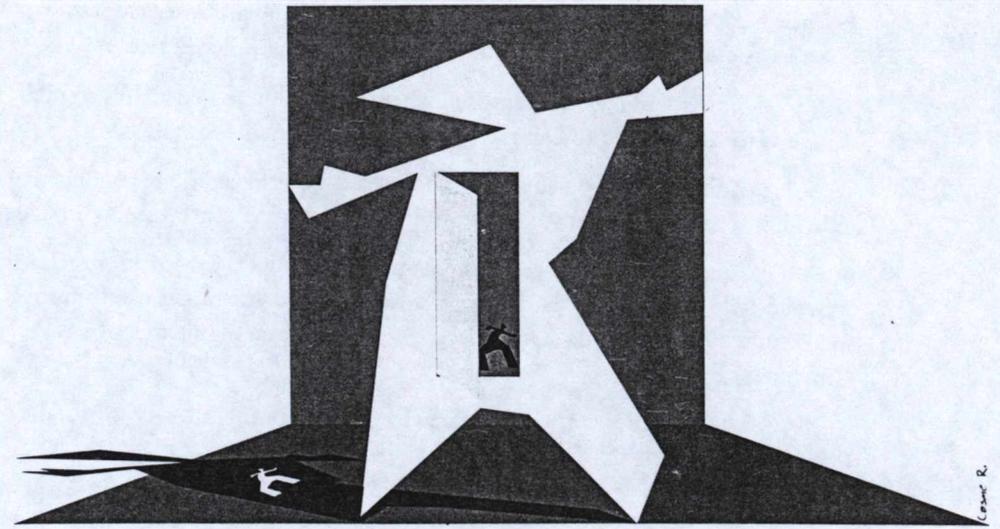
Agora num leito da Santa Rita, para onde fora transferido, Estoecel Batista de Menezes, com as pernas amputadas, disse à Comissão Especial do Senado que o melhor prêmio que poderia receber depois de tudo que passou era a morte.

Os processos do Ministério Público contra os donos da Clínica Santa Genoveva era o mínimo que a sociedade podia esperar. Mas isso só foi possível em consequência das denúncias da imprensa e da pressão de entidades, como o Sindicato dos Médicos, da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e pela presença da Comissão Especial do Senado, que visitou esta e outras clínicas do Rio de Janeiro.

Perante este quadro estarrecedor, questionamos: A justiça já foi feita? É claro que não! Não basta colocar nas grades os responsáveis por esta tragédia. É preciso saber quem poderá substituir a dor e o sofrimento físico e reparar a dignidade humana do senhor Estoecel Batista e de muitos outros pacientes, embarcados neste *Bateau Mouche* da saúde.

Fatos como este revelam que o Governo é moroso e está impotente frente às necessidades da saúde, não somente no Rio de Janeiro, mas em todo o País; que o Ministério da Saúde pouco fiscaliza os hospitais, as clínicas ou casas de saúde em geral; que os trabalhadores aposentados, agora na terceira idade, são esquecidos nestas masmorras, chamadas «casas de saúde»; que não existe um programa básico nacional no trato com pacientes terapêuticos e com pacientes terminais; e que, por fim, o Governo está pouco se importando para o infeliz destino de milhões de idosos neste País.

É preciso rever este quadro, é preciso uma nova tomada de posição da sociedade para exigir dos poderes públicos mais respeito pelos idosos e a realização de uma política nacional de saúde, voltada para o ser humano e não para os interesses dos grupos privados.



7

Dor e sofrimento na terceira idade

O Fluminense (Niterói, RJ) – 23-7-96

A política praticada contra o idoso em nosso País é totalmente disforme dos princípios cristãos, morais e éticos.

Nos Estados Unidos, país do Primeiro Mundo, os idosos se uniram e formaram uma sociedade diferente. Não somente quanto à assistência do estado físico, mas, principalmente, do corpo espiritual, criando uma nova alegria no viver na terceira idade. De um lado, a assistência médico-hospitalar completa; e do outro, as viagens, os passeios, pacotes turísticos completam, com satisfação, o que todo idoso deseja: terminar os seus dias em liberdade de vida junto ao contato com a natureza.

No Brasil, entretanto, milhares de idosos estão confinados em casas de saúde, sem as mínimas condições de higiene e de gozar de uma melhor recuperação; outros, abandonados por suas famílias, amargam os dias finais, entre o nascer e o pôr-do-sol, em meio ao medo, à dor, à ingratidão e à insegurança de enfrentar o além.

Como alguns podem pensar, o idoso não é, entretanto, um peso monstro para a sociedade, nem tampouco para o Governo. O que o trabalhador, na terceira idade, depois de sacrificar os seus anos de vida em árduos trabalhos, precisa é de maior dignidade.

Portador de uma sólida bagagem de experiências, ora dos bancos acadêmicos, ora da universidade da vida, o idoso quer ajudar, quer participar. E ele pode assim fazer

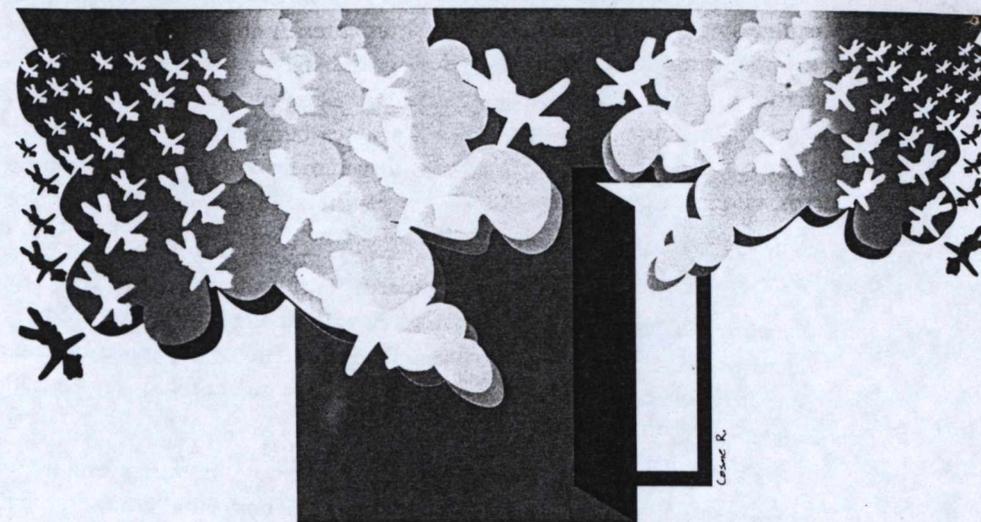
porque carrega consigo uma gama de experiência, que pode ser canalizada na formação das novas gerações, mas desde que o Estado lhe dê condições para isso.

Neste contexto, queremos parabenizar o trabalho que a Universidade da Terceira Idade vem realizando, através da UERJ, com excelentes resultados.

A família e a sociedade têm o dever e a obrigação de reconhecer o idoso e não confiná-lo ao esquecimento. A justiça divina determina que o direito é igual para todos.

A criança precisa ser amparada porque é indefesa, o jovem precisa ser orientado porque nele está a força do futuro, o adulto precisa ser reconhecido porque é dele que provém a sustentação do cotidiano, e o idoso honra e dignidade, por merecimento, por sua incansável luta.

O Governo, como administrador do Estado, tem o dever moral de prover melhores dias para os patrícios da terceira idade.



8

Não deixe a fumaça entrar em sua sala

O Fluminense (Rio de Janeiro, RJ) - 16-7-96

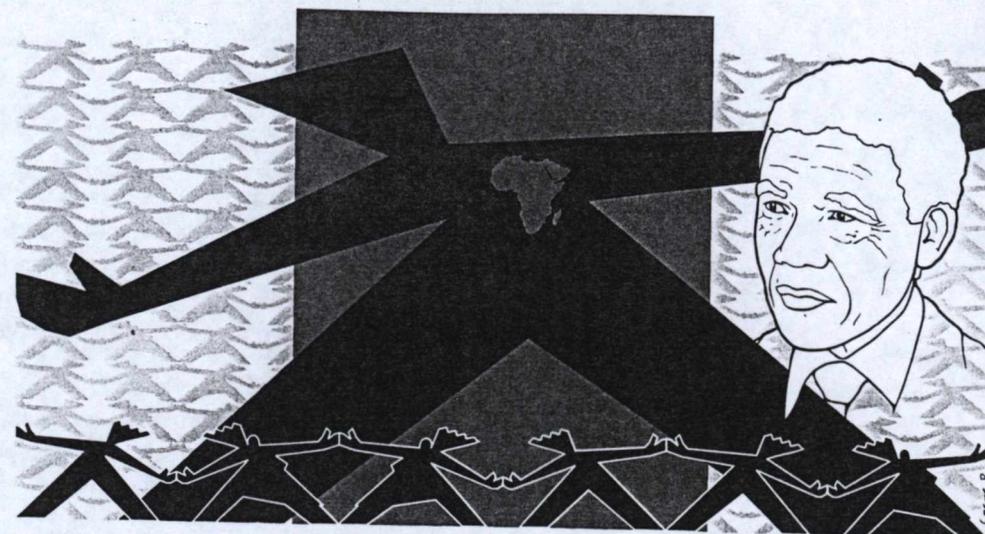
O argumento favorável às multinacionais do tabagismo, aparentemente lógico, de que elas geram milhões de dólares para a economia nacional e milhares de empregos, além do percentual do bônus das indústrias do fumo (publicidade), não deve ser aceito pela sociedade. A Organização Mundial da Saúde revelou recentemente que o dinheiro que se ganha na indústria do tabaco e seus derivados é gasto, muitas vezes, em dobro, para tratar dos doentes combalidos pelos efeitos nocivos dos venenos contidos no cigarro, como a nicotina, o alcatrão e outros. Essas empresas, que desenvolvem o seu *marketing* comercial com apelos irresistivelmente sedutores, procurando canalizar as tensões emocionais dos fumantes, na verdade causam um enorme estrago à saúde de milhões de pessoas em todo o País. É enganoso relacionar o cigarro ao poder; aos esportes; à boa forma física; afirmar que o fumo dá prazer; que cachimbo e charuto não fazem mal; que muitas pessoas que fumavam morreram idosas e nunca se prejudicaram.

O fumo é perigoso. E mais ainda porque seus efeitos prejudiciais não se fazem sentir de imediato. Lentamente, com o tempo, o consumidor começa a sentir uma pressão no peito, nas costas, dores de cabeça ao final de cada dia, depressão, insônia, enfim, o envenenamento é paulatino mas certo. O fumante, ainda que busque justificar seu hábito com argumentos às vezes filosóficos, práticos está, na verdade, em conflito permanente com o vício, pois percebe sua própria destruição física e emocional. Sabe que as doenças cardiovasculares, o efizema pulmonar e a bronquite são, muitas vezes, irreversíveis.

A nicotina é o agente ativo no tabaco que determina a dependência química e mantém o consumo do cigarro, para a maioria dos fumantes. A absorção da quantidade de nicotina pelo organismo depende do nível de uma substância – o pH – contido na fumaça do cigarro. Com o aumento dos níveis do pH, determinados em laboratórios industriais, a proporção de nicotina na corrente sanguínea também aumenta. Segundo relatório da Câmara dos Deputados, nos EUA, a nicotina tem sido manipulada por fabricantes de cigarros, visando fornecer níveis cada vez maiores desta substância. Por isso que, uma vez dependente do tabaco, deixar de fumar torna-se uma tarefa muito difícil.

Em virtude da pressão e do controle dos poderosos grupos do setor, o Legislativo sempre tratou com uma certa timidez esse assunto. Por sua vez, o próprio Ministério da Saúde deixa de melhor explicar à sociedade os perigos decorrentes do hábito de fumar, limitando-se apenas ao estrito cumprimento da lei que determinou fazer constar na publicidade e nos maços de cigarros a advertência de que o fumo faz mal à saúde.

Conforme pesquisas recentes sobre o assunto, o nível aceitável de nicotina por cigarro seria de 0,5 miligramas. Sabe-se que existem marcas que contêm mais de 1,5 miligramas. Paralelamente a essa irregularidade, convivemos com campanhas publicitárias apelativas e hipócritas, que não poupam modelos de beleza, sucesso e vigor físico para vender o produto. O Congresso Nacional deve à sociedade uma posição transparente e coerente com relação a um assunto que diz respeito à saúde pública. Saber que milhões de brasileiros estão sendo enganados, à mercê da dependência do fumo, e nada fazer é contribuir com a desgraça humana e a morte prematura de milhões de dependentes em nosso País.



9 Mandela, o carisma da África

Folha de S. Paulo (São Paulo, SP) – 17-7-96

Ao fechar a cortina dos inúmeros atos neste palco chamado século XX, entre os grandes protagonistas cabe-nos registrar o nome de Nelson Mandela.

Preso em cativeiro por mais de 27 anos, 18 dos quais em trabalhos forçados, vítima do *apartheid*, política racista imposta pela minoria branca, Mandela desponta no cenário político mundial com a força de um leão e um enorme carisma que sobe da África do Sul.

Ele acaba de visitar Londres, sendo hóspede do Palácio de Buckingham e uma das autoridades estrangeiras mais prestigiadas pelos ingleses. Seis mil pessoas o aplaudiram de pé. O povo, ao ouvir os hinos oficiais sul-africano e inglês, chorou de emoção.

O *apartheid* levou a África do Sul a humilhações e injustiças, deixando um duro legado de ódio racial e desigualdades ao marginalizar, por força de lei, 75% da população. Nelson Mandela ganhou confiança popular, elegeu-se presidente pela força do voto e agora é aplaudido pela própria Inglaterra, a potência colonial que, no passado, submeteu aquele país.

Quando preso, lutamos em favor de sua libertação aqui no Brasil. Na ocasião, como deputada federal, levamos o Congresso Nacional, reunido em Assembléia Constituinte, a pedir a libertação de Nelson Mandela por considerarmos intolerável a convivência dessa condenação com a realidade contemporânea. Criamos uma Comissão Externa Mista do Poder Legislativo para observar os efeitos do regime do *apartheid* na África do Sul.

Visitamos aquele país por três vezes, numa delas como observadora das primeiras eleições livres da nação sul-africana. Representando o Congresso Nacional brasileiro, conhecemos de perto uma sociedade sob o domínio do *apartheid*. Pudemos, na ocasião, fazer uma avaliação do período de transição daquele regime racista para uma sociedade livre e democrática.

Como presidente do CNA (Congresso Nacional Africano), Mandela correu diversos países defendendo sanções contra a África do Sul, visando gerar efeitos contra a segregação racial: pregou a resistência contra o regime racista; liderou numa campanha política quando a violência dominou todo o processo de transição, tempo em que o então Presidente Frederik de Klerk detinha o poder, período em que 20 mil pessoas já haviam morrido em conflitos internos.

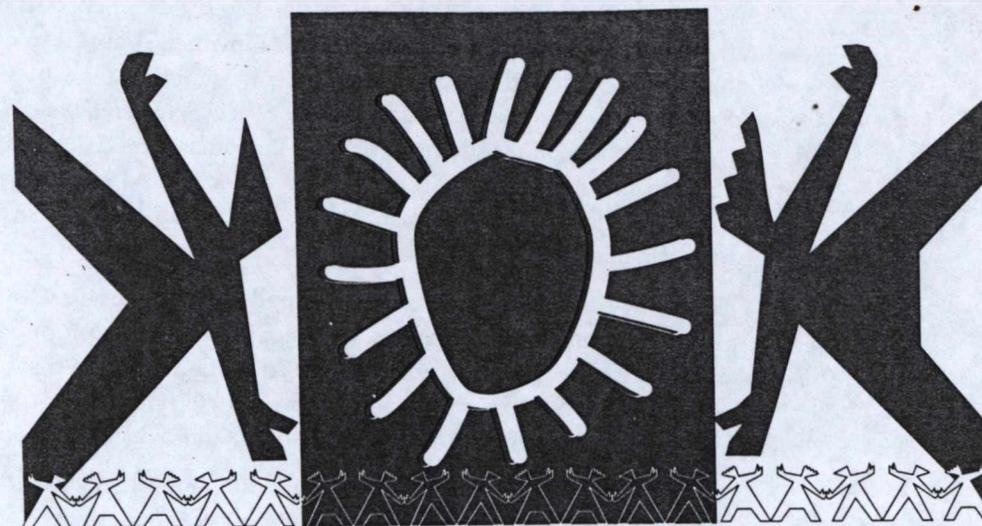
Nelson Mandela tornou-se um símbolo contra a discriminação racial. Um símbolo pela paz. Um símbolo da resistência negra. Mandela sempre repetia que a sua liberdade estava condicionada à liberdade dos negros sul-africanos.

Por sua incansável luta, quando saiu da prisão, em fevereiro de 1990, de cabelos grisalhos, ele pôde ver uma África do Sul em transformação. Numa eleição histórica, 16 milhões de negros elegeram Mandela Presidente da República da África do Sul. Em seu programa de governo, ele prometeu maior dignidade às famílias sul-africanas.

Mandela é um líder que venceu o ódio racial e está ensinando, tanto aos países africanos quanto a diversas nações, que o amor pode suplantar o ódio; que os homens podem viver livres, democraticamente, ter seu trabalho, sua família e ajudar uns aos outros.

Essa lição de vida é válida também para o nosso País, pois um governo democrático tem o dever de viabilizar ao povo uma melhor condição de vida. O Brasil está de portas abertas e deve estreitar suas relações com os países africanos. Entre eles, a África do Sul é uma prioridade. Ela está buscando alianças que possibilitem um melhor intercâmbio econômico e cultural.

Façamos nossas as palavras de Nelson Mandela contra a dominação racial. Acalentemos o desejo de uma sociedade justa, em que todas as pessoas vivam unidas, brancas ou negras, em harmonia e com iguais oportunidades.



10

A fé na nova Rússia

Tribuna da Imprensa (Rio de Janeiro, RJ) – 22-7-96

Os ventos das mudanças no Leste Europeu ainda sopram naquela região do planeta. Não apenas política e economicamente, mas, agora, também no campo religioso. Desde os tempos de Josef Stalin, na extinta União Soviética, onde os credos não eram valorizados e até eram perseguidos, não se experimentava uma virada de tão grande importância quanto a verificada atualmente, particularmente na Rússia. Afora os problemas sociais que persistem, o povo tem recebido a novidade com alegria e, por que não dizer, com fervor comparável ao existente nos principais centros religiosos do mundo.

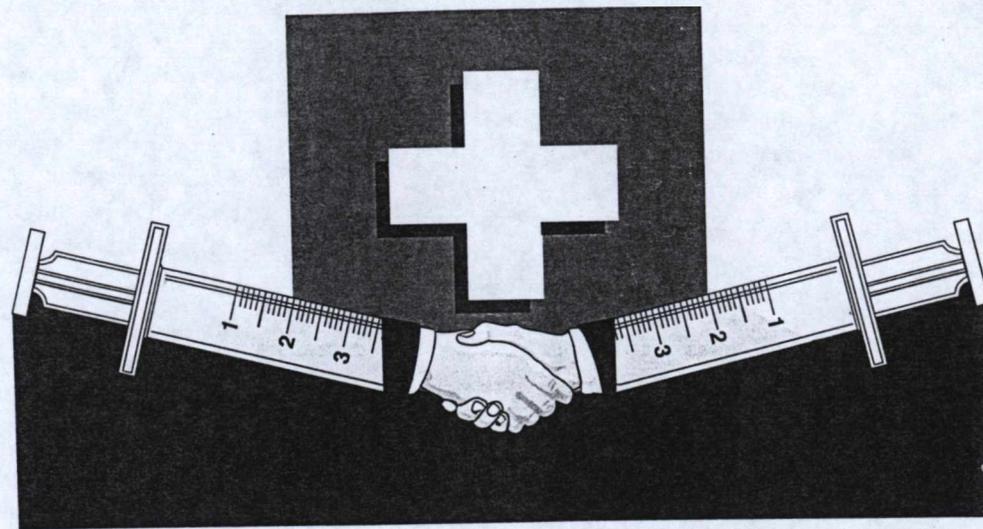
Uma iniciativa recente, com a participação de religiosos brasileiros, simboliza o novo quadro da sociedade russa: a entrada em cena de missionários brasileiros da Assembleia de Deus, que em pouco tempo iniciarão processo de evangelização inédito naquele país. Os evangélicos adquiriram o prédio onde funcionou por muito tempo a temida polícia secreta soviética, a KGB, em Moscou. Responsável por muitas mortes, perseguições e crimes políticos, a KGB é substituída por instituição representativa da fé cristã. Surge no lugar da extinta polícia repressiva do regime comunista um importante centro de orações e devoção. É interessante observar como as mudanças processadas na extinta União Soviética trouxeram inovações, antes somente permitida nos países ocidentais, que estimularam definitivamente as relações globais das sociedades.

Essa presença em Moscou não quer dizer que a missão evangelizadora alterará significativamente as relações sociais naquela parte do mundo. No entanto, não obstante as

contradições ainda existentes na sociedade russa, a contrapartida da presença do Evangelho deve ser observada como um passo muito importante para o desenvolvimento espiritual da população, que hoje sofre com o desamparo, o desemprego e a violência. E, com certeza, significará um alento novo para os povos que por tanto tempo foram privados da liberdade religiosa.

A iniciativa coube à Convenção Nacional de Ministros das Assembléias de Deus, com sede em Madureira, no Rio de Janeiro. Representada pelo Pastor Manoel Ferreira, com o apoio de todos os líderes da igreja, a instalação do primeiro templo da igreja naquele país confirma a consolidação de uma visão religiosa com um conteúdo e um simbolismo que representará um avanço no movimento mundial. Os pastores da Assembléia de Deus irão a Moscou no mês de setembro, quando acertarão os últimos detalhes para a instalação da igreja e os passos do movimento missionário russo. Neste instante é possível demonstrar que a globalização que toma conta do mundo não aponta apenas para iniciativas e interesses pontuais e de grande envergadura, mas sim atinge o contexto de todos os povos do mundo, em seus aspectos políticos, econômicos, culturais e religiosos, entre outros.

A missão evangelizadora na Rússia expressa o esforço missionário da Assembléia de Deus de levar a palavra do Senhor a todos os rincões nas vésperas do Terceiro Milênio. No caso da Rússia, a verdade do Evangelho já está ajudando muitas pessoas a se orientarem num momento particularmente difícil na sociedade. O crescimento da fé fortalece a resistência contra o desestruturamento dos valores religiosos e gera esperanças de um novo alvorecer no Leste Europeu.



11

A vacina da amizade

O Dia (Rio de Janeiro, RJ) - 22-7-96

Acabam de ser comemorados os dez anos de reatamento das relações bilaterais entre Brasil e Cuba. Durante todo esse período, o intercâmbio comercial, tecnológico, esportivo e cultural dos dois países foi enorme, beneficiando ambos os lados.

O avanço tecnológico cubano na Medicina e na Veterinária é inegável e dele o Brasil também se utiliza, principalmente no campo das vacinas, com destaque para aquelas que combatem a meningite B e a hepatite B. Graças ao acordo comercial de 1994, o Brasil pagou US\$30 milhões pela aquisição de 35 medicamentos genéricos, por um preço 30,5% mais barato do que o dos similares oferecidos em concorrências ao Ministério da Saúde. Além disso, 10% do montante destinou-se ao pagamento da dívida de Cuba com o Brasil e 40% à compra de produtos cubanos. Isso fez aumentar ainda mais a produção de produtos nacionais exportáveis, entre eles o frango, e gerou novos empregos. Mas, apesar do sucesso da operação, reconhecido por ambas as partes, não foram realizadas novas compras desde então, prejudicando milhares de brasileiros que necessitam dos medicamentos cubanos.

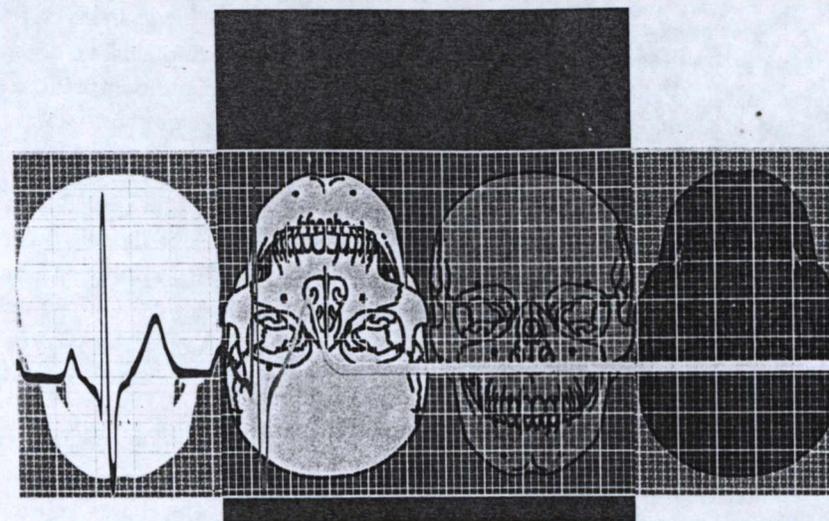
Minha preocupação com a Saúde Pública vem dos tempos em que trabalhava como auxiliar de enfermagem, muito antes de ingressar na política. Já como representante do Senado brasileiro estive em Cuba, no início do ano, e pude ver de perto os avanços relativos à pesquisa sobre a hepatite B.

Ironicamente, também fui atingida pelo vírus da hepatite, felizmente do tipo mais brando. Mas a maioria dos brasileiros infectados não teve essa sorte e necessita da vacina.

Desde outubro do ano passado, o Ministério da Saúde tenta adquirir um importante lote de 40 milhões de vacinas contra a hepatite B, cujo único produtor no mundo é Cuba. O laboratório cubano está oferecendo, agora, a venda direta da vacina com uma redução de 30% em relação ao preço do ano passado. Mas os obstáculos para a compra são grandes, devido à oposição de grupos que defendem interesses de laboratórios multinacionais. Chega-se ao ponto de insinuar a existência de maracutaia na negociação, fechando os olhos para o transparente intercâmbio realizado nos últimos dez anos. Enquanto isso, cerca de 750 mil brasileiros infectados com o vírus da hepatite B sofrem com essa indefinição, injustificável a qualquer título.

Estima-se que somente no Norte e Nordeste do País, 10% da população são portadores do vírus dessa terrível doença, cujo perigo de transmissão é maior que o da Aids. Por isso não podemos aceitar que interferências externas prejudiquem a compra de medicamentos essenciais.

A «ponte» existe e é útil para os povos de ambos os países. O acordo comercial, cuja legalidade não pode ser posta em dúvida, permite a compra direta, barateando a aquisição das vacinas. O que está faltando é vontade política para ir além das meras palavras dos discursos diplomáticos.



12 Eutanásia: Um desrespeito à vida

Correio Braziliense (Brasília, DF) - 25-7-96

O território do norte da Austrália acaba de aprovar uma lei inédita: a autorização da eutanásia voluntária. Com essa lei, seis pessoas que estão hospitalizadas esperam ser «beneficiadas com a morte». Autoridades locais, no entanto, destacaram que os médicos que ajudarem esses pacientes a morrer poderão ser acusados de homicídio, alegando que, embora a lei tenha entrado em vigor, a Associação Médica Australiana e um grupo de aborígenes recorreram ao Supremo Tribunal, arguindo a inconstitucionalidade da mesma.

A prática da eutanásia tem sido registrada, em casos específicos, na China e na Dinamarca; e tolerada nos Estados de Oregon, Califórnia e Nova Iorque, nos Estados Unidos. Entretanto, até agora, o consenso de respeitáveis nomes nos parlamentos em todo o mundo não permitiu a aprovação de leis nesse sentido, por entender que a vida é um bem inalienável, cujo valor transita entre o ético e o divino. Seu limite transcende a esfera do homem e suas legislações. Essas, obviamente, devem dispor sobre sua proteção, mas nunca sobre o seu domínio.

Ao findar o presente século, temas como aborto e eutanásia têm suscitado inúmeras polêmicas e encontrado defensores convictos ou ferrenhos adversários. Têm sido fator de debates e discussões em simpósios, congressos e, na maioria das vezes, nas Casas Legislativas.

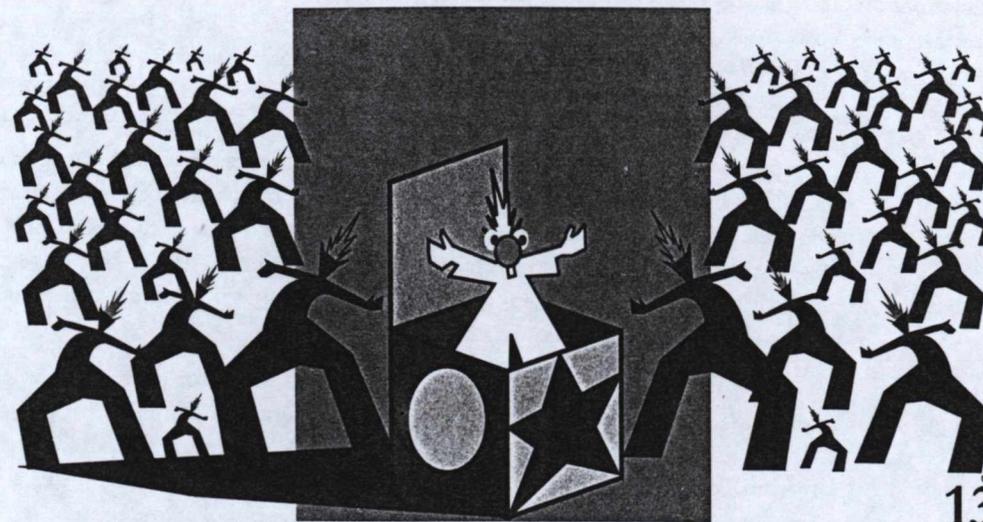
A aprovação de uma lei a favor da eutanásia autorizaria a prática da morte sem dor e os respectivos procedimentos prévios à sua consecução, permitindo, ainda, obede-

cidos certos critérios, o desligamento de aparelhos que mantêm alguns sinais vitais do paciente, caso constatada a morte cerebral.

A morte sempre foi uma preocupação do ser humano. Ela está presente em todos os momentos da vida e é, naturalmente, sua companheira inseparável. Mas por que essa preocupação de alguns setores da sociedade com o momento da morte? Por que a determinação desse momento passou a ser tão importante em nossos dias? É natural que, à medida que a ciência médica avança, exista tal preocupação. Mas, a partir dessa mesma evolução tecnológica, surge, paralelamente, um questionamento tão polêmico quanto a eutanásia, acerca de quando uma pessoa poderia ser considerada realmente morta.

Estudos sobre o assunto nos levam a considerar que a morte não é um fator instantâneo, mas um processo. O conceito de morte está, pois, relativizado, sendo questionável quais as funções vitais que precisam estar paralisadas para que uma pessoa possa ser considerada oficialmente morta. Na busca de uma definição conceitual que conduza a ação médica, a morte deixou de ser a finalização total da vida e passou a ser o que se denomina «morte clínica», ou seja, «o momento de detenção das funções vitais principais de forma irreversível».

Faço parte daqueles que acreditam que a definição de morte não pode ser considerada apenas sob o ponto de vista da técnica médica, pois estão em jogo os aspectos éticos, morais, religiosos, sociais e jurídicos que precisam ser considerados. São evasivas as afirmações «incurável, proximidade da morte, perspectivas de cura, prolongamento de vida». Deixar de atender a um doente, com a assistência e a tecnologia necessárias e disponíveis para mantê-lo vivo, é incompatível com os deveres da Medicina, cuja essência mesma da profissão está voltada para a valorização da vida e o combate à morte. Tanto que o médico, em seu solene juramento de Hipócrates, promete: «A ninguém darei, nem sequer para comprazê-lo, remédio mortal, nem conselho que o induza à ruína». Os códigos de ética médica, no Brasil, são contrários à eutanásia. A Resolução nº 1.154, art. 29, do Conselho Federal de Medicina diz, por exemplo, que «é vedado ao médico no exercício de sua profissão contribuir para apressar a morte do paciente ou usar meios artificiais quando comprovada a morte cerebral». É preciso respeitar a nossa Constituição que garante proteção à vida e proíbe, inclusive, a pena de morte.



13

Negros tiriricas da vida

Revista *Manchete* (Rio de Janeiro, RJ) - 3-8-96

No Brasil, infelizmente, ainda perduram as desigualdades raciais. Um relatório sobre desenvolvimento humano em nosso País, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, indica que 44% dos brasileiros são negros, mas que eles vivem em piores condições do que os brancos. Esta desigualdade está estampada nos mínimos detalhes, em diversos setores da sociedade. Na música, por exemplo, esta discriminação pode ser observada no conteúdo das composições, como O teu Cabelo Não Nega, Nêga do Cabelo Duro, Negra Maluca, e, mais recentemente, Veja os Cabelos Dela, esta, de autoria do cantor popular Tiririca. Dessa forma, injustamente se discrimina uma raça que tem sido a mola mestra e propulsora na formação e no desenvolvimento do País.

Ao longo de todos os meus mandatos, conferidos pelo povo do Estado do Rio de Janeiro, colecionei inúmeros casos de preconceito racial. Até hoje, que eu tenha conhecimento, a Justiça jamais chegou a punir de forma exemplar esta falta de respeito para com os cidadãos negros, homens e mulheres, contribuintes como qualquer um para o crescimento do País.

O recente episódio envolvendo a composição Veja os Cabelos Dela é mais um exemplo que deve ser observado não como uma forma de cerceamento da liberdade de expressão, mas como um caso típico de veiculação de estereótipos racistas, que significa uma agressão, um insulto à mulher negra, mesmo que involuntariamente, porque animaliza essa mulher e porque associa/compara seres humanos a animais.

Tiririca é um cantor popular que reflete a imagem da cultura do povo. É o palhaço do Brasil que utiliza a música popular para mostrar seu trabalho. Homem do povo, transmite imagem descontraída, traduzida nas músicas alegres que canta e compõe, alegrando/amenizando o nosso cotidiano. É a própria cultura popular, o jeito de ser que caracteriza nosso povo e encanta o mundo. Artistas como Tiririca, pelos quais tenho o maior respeito e admiração porque são a essência da brasilidade do povo brasileiro, têm um papel a cumprir, especialmente junto ao público infantil: levar sua alegria e irreverência aos lares brasileiros, criando um jeito próprio de ser, inclusive formando opiniões, criando consciências, criando fatos novos. Esse jeito de ser do brasileiro, alegre, despojado, traduzido na figura singular de Tiririca, deve prevalecer, não a brincadeira pejorativa, preconceituosa, com as características raciais de uma população, porque atinge a nossa auto-estima, principalmente da criança negra.

Por desempenhar esse importante papel, o cantor popular não poderia, jamais, reproduzir estereótipos condenados pela consciência nacional. O próprio Presidente da República, responsável maior pelos rumos da Nação, admitiu, de público, que existe racismo no Brasil, criando, inclusive, um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com a finalidade de desenvolver políticas públicas para a população negra.

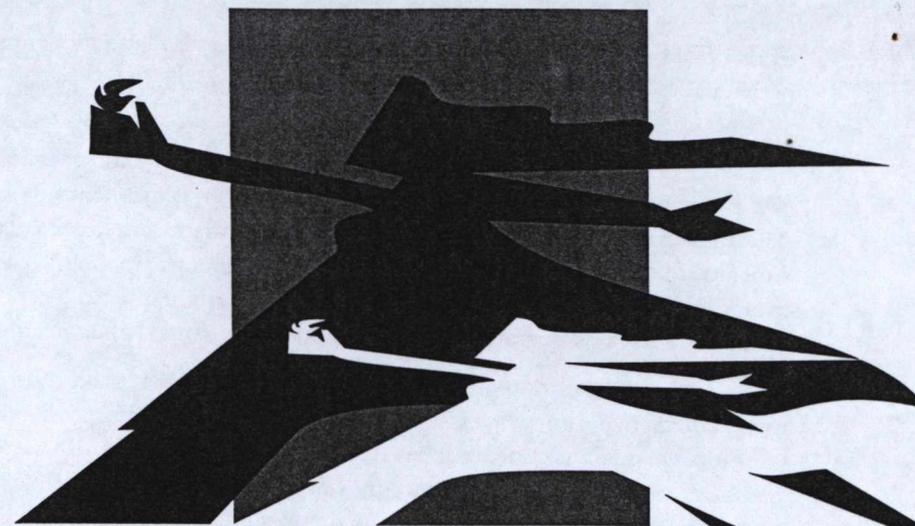
Não devemos confundir liberdade de expressão com agressão, pois a liberdade de expressão não deve ser pretexto para práticas racistas. A sentença da juíza Flávia Viveiros de Castro, que determinou o recolhimento dos discos do compositor, é bastante esclarecedora: a letra da música «apresenta a mulher negra estereotipada em seus traços físicos, quando compara os seus cabelos com uma esponja de aço comumente utilizada para limpar panelas, chegando mesmo a animalizá-la quando compara o cheiro de seu corpo ao de um gambá».

Aos que alegam censura à liberdade de expressão, lembramos que a mesma música fere também os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, expressos no artigo 1º da Constituição, e nos incisos XLI e XLII do artigo 5º da Carta Magna, caracterizando o racismo como crime inafiançável. Além de infringir o artigo 20 da Lei nº 7.716/89, que define os crimes resultantes do preconceitos de raça ou de cor.

É comum dizer-se que, apesar do avanço da legislação, a prática do racismo não é punida no Brasil. A decisão da juíza – ágil, rápida e eficiente – é a prova em contrário de que a Justiça pode funcionar com eficácia.

Tiririca nos faz sentir orgulho por ser um homem simples que faz sucesso através da música popular brasileira, levando alegria aos nossos corações com a música Florentina. Tiririca merece todo o nosso apoio.

Queremos que Tiririca seja sucesso com sua irreverência e alegria. Jamais contribuindo para a difusão de estereótipos, de preconceitos, do racismo que está ocultamente introjettato em cada um de nós. Peço, sim, que faça de sua música uma bandeira para libertar os oprimidos, os que não têm vez e voz, os negros, os pobres, as mulheres, as crianças, todos nós, para que possamos nos orgulhar de sermos o que somos: cidadãos brasileiros.



14

O espaço da mulher

O Dia (Rio de Janeiro, RJ) – 3-8-96

As mulheres irão conquistar, nestas eleições, um novo e importante espaço político. Esse aumento da representação feminina nas Câmaras e nos Poderes Executivos municipais contribuirá para o desenvolvimento social com justiça, equidade e democracia.

Nos anos 30, as mulheres representavam 1% do Parlamento, ainda que sendo mais de 50% dos eleitores. Houve pouco avanço. Um exemplo no Congresso Nacional é o número atual de apenas 6 mulheres entre os 81 senadores da República, e 34 entre os 513 deputados federais. E algo em torno de 3% dos vereadores eleitos em todo o País. A política foi sempre um espaço masculino, construído historicamente pelos homens. Agora estamos em hora de mudança. Queremos uma representação política condizente com a nossa importância no contexto brasileiro. A democracia só existirá quando os direitos de igualdade, sem prejuízo de sexo, raça, cor, classe, credo político ou religioso, condição física ou idade, forem garantidos.

A estatísticas revelam que, no Brasil, as mulheres se apropriam de apenas 25% de toda a riqueza produzida no País, sendo menor ainda nas áreas rurais. Em cada dez famílias, três são chefiadas por mulheres, que vivem sozinhas com seus filhos. São grandes, também, as diferenças de salários entre homens e mulheres. É preciso encontrar soluções para mudar esse quadro tão injusto.

O número de mulheres ocupando cargos de chefia é mínimo. Embora, em cada 100 pessoas que trabalham, 40 sejam mulheres, elas raramente conseguem subir na hierar-

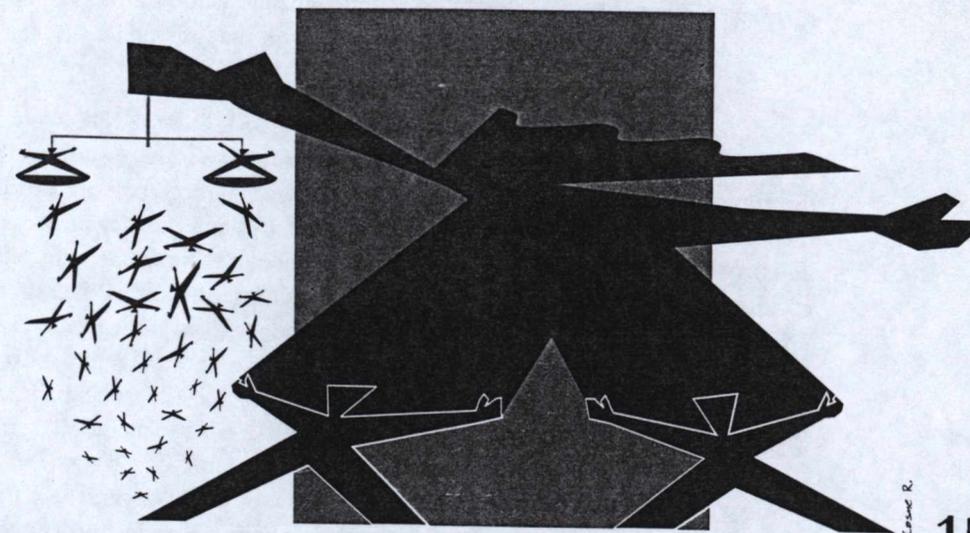
quia funcional das empresas. Apenas 10% dos postos de presidência ou direção são preenchidos por mulheres, percentual que cai para 4% nas grandes empresas.

A mortalidade materna no Brasil é uma das mais elevadas da América Latina: a relação é de 200 mil óbitos maternos por 100 mil crianças nascidas. Estima-se que cinco mil mulheres morram a cada ano em decorrência de complicações na gravidez, parto ou pós-parto. Morre-se mais de gravidez no Brasil do que de aborto.

As maiores causas de mortes das mulheres são problemas circulatórios e câncer uterino, doenças para as quais o diagnóstico é fácil e a cura assegurada, desde que seja feito tratamento com antecedência. A má qualidade do serviço de saúde e a falta de atendimento especializado voltado para a saúde reprodutiva da mulher são mortais.

A conquista feminina, pelo voto, de posições legislativas e executivas, contribuirá em muito para uma melhor justiça social no Brasil. A mulher no poder tem mais sensibilidade para as questões sociais e para a realidade do que ocorre com a família no dia-a-dia.

A nossa proposta é um grande esforço para aumentar os espaços políticos e institucionais da mulher. Estamos nessa luta. Acreditamos que, assim, estaremos ajudando a construir um futuro melhor, no qual o direito das mulheres não seja ultrajado.



Liane R.

15

O empregado doméstico com o apoio da lei

O Fluminense (Niterói, RJ) – 10-8-96

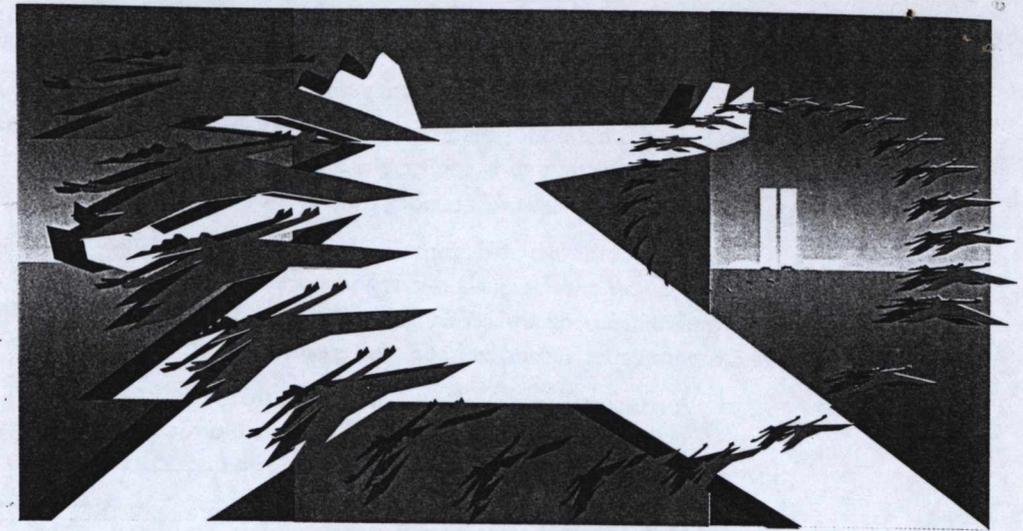
Durante a elaboração da Constituição de 1988, o Capítulo dos Direitos Sociais recebeu os nossos melhores esforços, tendo sido objeto de exaustivo estudo, debate e amadurecimento. Naquela ocasião, avançando no recente processo de redemocratização do País, dentro dos princípios de igualdade já previstos no art. 5º da Carta, logramos estender, a todo o universo de trabalhadores brasileiros, direitos e benefícios que até então somente algumas categorias profissionais tinham garantidos. Os empregados domésticos, por exemplo, que formam um contingente de aproximadamente três milhões de pessoas, estavam praticamente à margem de proteção legal. Com a Constituição, foi possível andar verdadeiramente ao encontro do reconhecimento e da valorização dessa categoria, como trabalhadores.

No dia 6 de agosto último, conseguimos cumprir mais uma importante etapa rumo à igualdade de direitos e oportunidades, vale dizer, rumo à justiça social, ao aprovarmos, no plenário do Senado, a regulamentação do trabalho da categoria dos domésticos, estendendo-lhe benefícios e direitos já garantidos aos demais trabalhadores do País. Que direitos são esses? O FGTS, o seguro-desemprego, a licença-maternidade e o vale-transporte, por exemplo, que estarão assegurados aos domésticos na nova lei. O Senado finalmente procedeu à regulamentação desses dispositivos constitucionais cumprindo seu papel legislador, viabilizando os mecanismos legais necessários para que as relações empregador/empregado, nesse País, cumram-se num nível de civilidade e profissionalismo

adequados à contemporaneidade do mundo, abandonando definitivamente um tipo de relação trabalhista antiquada, de natureza servil, inadmissível às portas do Terceiro Milênio.

A Constituição prevê, também, em seu art. 7º, inciso XXX, a proibição de diferença de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil. É uma garantia contra a discriminação e o preconceito. O projeto aprovado que regulamenta a profissão dos domésticos continha uma deformidade grave que, felizmente, conseguimos suprimir a partir da aprovação de uma emenda que encaminhamos. Era a exigência de "atestado de boa conduta" que o empregador poderia solicitar ao empregado, a qualquer momento. Ora, se é vedada constitucionalmente a discriminação por sexo, raça ou estado civil, deveríamos aprovar em lei complementar um dispositivo altamente subjetivo, sub-repticiamente discriminador, que se sustenta tão-somente num juízo de valor, cujo padrão pode ir desde a maneira de falar, de andar, até sabe-se lá onde, dependendo da moral de quem expedisse o tal "atestado de boa conduta". Seria inconcebível, tanto do ponto de vista ético (já que a busca é pela igualdade) como do ponto de vista da modernidade da legislação (que busca expressar-se com a máxima objetividade e universalidade) aprovar no texto da futura lei esse atestado.

Há muito tempo vimos defendendo o que o Relatório da ONU/IPEA de 1996, sobre Desenvolvimento Humano no Brasil, tratou de deixar bem claro. Pouco adianta acumularmos riquezas se os bens gerados pela economia não são revertidos em melhorias para a qualidade de vida da população. A partir dessa nova mentalidade institucional de desenvolvimento humanista, cabe traçar um paralelo em termos de uma legislação brasileira que atue sob o mesmo prisma: reconduzir o ser humano como o objetivo primeiro da organização social e política de uma Nação. Foi o que fizemos. Reconhecemos, na letra incontestável da lei, que os empregados domésticos são trabalhadores assim como os demais, respeitando-lhes os direitos, valorizando-lhes o trabalho, inclusive para que possam ser mais exigidos. Para que, dignificados, possam progredir e tornarem-se mais profissionais.



16

Uma nova bancada feminina

O Dia (Rio de Janeiro, RJ) – 3-10-96

As mulheres, certamente, conquistarão nestas eleições um novo e importante espaço político, o que contribuirá para o processo de igualdade de direitos na sociedade em que vivemos.

Entendemos, dessa forma, ser uma ação decisiva e importante na luta da mulher brasileira por um melhor espaço, além de se constituir em uma demonstração de amadurecimento do Congresso no tocante à igualdade de direitos entre homens e mulheres, pois o aumento da representação feminina nas Câmaras e no poderes executivos municipais contribuirá para o desenvolvimento de melhor justiça social, equidade e democracia.

Antes da Segunda Grande Guerra Mundial, as mulheres representavam 1% do Parlamento brasileiro, mesmo sendo mais de 50% dos eleitores. O avanço foi muito pouco. Um exemplo atual no Senado é o número de seis mulheres dentre os 81 senadores; e 34 mulheres dentre os 513 deputados federais, e algo em torno de 3% de todos os vereadores eleitos em todo o País.

A política sempre foi um espaço masculino, construído historicamente pelos homens e para os homens. Vivemos uma hora de mudança e queremos uma representação política condizente com a nossa importância no contexto nacional. Queremos uma participação maior das mulheres não somente no Congresso Nacional, mas nas câmaras

municipais, nos poderes executivos, nos sindicatos e associações de classe, de moradores, de movimentos, fóruns de cidadania, enfim, ter voz na sociedade para uma realização concreta de melhorias de vida da população.

Queremos tratar de assuntos de interesse das comunidades, com a participação de filhas e filhos, dentro do contexto das questões da vida familiar e doméstica para o âmbito da política. A vida cotidiana das mulheres se transformou, tanto pelo acesso à educação, pelo trabalho fora de casa quanto pelo maior controle sobre a reprodução. É uma luta pelo espaço público que nos foi negado há bastante tempo.

O exercício pleno da cidadania significa o direito à representação, à voz e à vez das mulheres na vida pública, mas também à dignidade na vida cotidiana, ao direito à educação, à saúde, à segurança e à vivência familiar sem traumas.

O voto das mulheres, nós o entendemos que traz consigo essa dupla exigência: igualdade no sistema político e na vida civil. A democracia só existirá quando os direitos de igualdade, sem prejuízo de sexo, raça, cor, classe, credo político e religiosos, condição física ou idade, for garantido em igual tratamento e oportunidade de acesso às ruas, palanques, assembléias e palácios.

As desigualdades entre homens e mulheres não surgiram agora, remontam a tempos pré-históricos. No Brasil, as estatísticas revelam que as mulheres se apropriam de apenas 25% de toda a riqueza produzida no País, sendo menor nas áreas rurais. Em cada dez famílias, três são chefiadas por mulheres, que vivem sozinhas com seus filhos, com diferenças de salários entre homens e mulheres, variando muito segundo o tipo de atividade exercida. É preciso encontrar soluções para mudar esse quadro tão injusto para as mulheres!

O número de mulheres que ocupam cargos de chefia é mínimo. Embora em cada 100 pessoas que trabalhem 40 sejam mulheres, elas raramente conseguem subir na hierarquia funcional das empresas. Apenas 10% dos postos de presidência ou direção são preenchidos por mulheres, percentual que cai para 4% nas grandes empresas.

A esperança de vida das mulheres é maior do que a dos homens: elas vivem no Brasil em média 69 anos e os homens 63 anos. Essa é uma distinção entre homens e mulheres que nos dá alguma vantagem. Como no grau de instrução escolar! Somos mais escolarizadas. Só que as mulheres brancas têm uma esperança de vida superior à das mulheres negras, que são mais desassistidas.

A mortalidade materna no Brasil é uma das mais elevadas da América Latina: há 200 óbitos maternos em cada 100 mil crianças nascidas. Estima-se que no Brasil 5 mil mulheres morram a cada ano em decorrência de complicações na gravidez, parto ou pós-parto. Se morre mais de gravidez no Brasil do que de aborto, embora estime-se que sejam feitos, por ano, de 1,5 a 2 milhões de abortos clandestinos no País, em condição de risco.

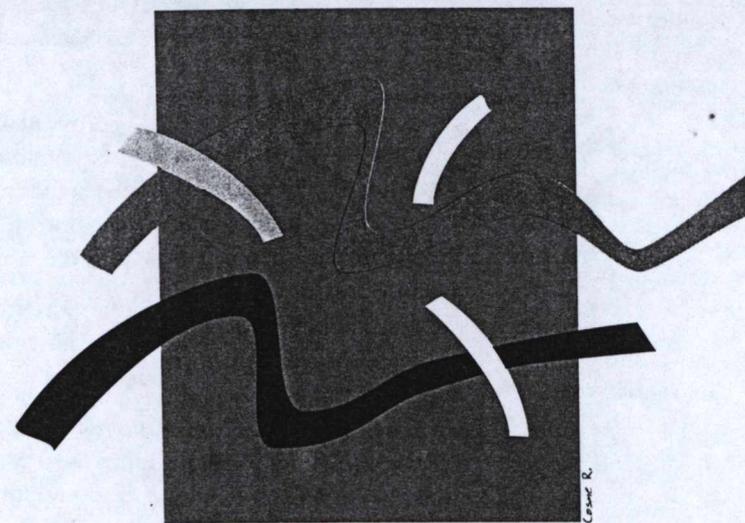
As maiores causas de mortes das mulheres são problemas circulatórios e câncer uterino, doenças para as quais o diagnóstico é fácil e a cura assegurada, caso seja feito tratamento com antecedência. A má qualidade do serviço de saúde e a falta de um atendimento especializado voltado para a saúde reprodutiva da mulher são mortais!

A AIDS cresce sobretudo entre as mulheres. Em 1983, para 31 casos de AIDS em homens tinha-se um em mulher. Pasmem! Em 1995 tem-se uma mulher com AIDS para cada três homens. Em São Paulo, a AIDS foi a principal causa da mortalidade entre mulheres de 20 a 34 anos em 1993.

A conquista pelo voto feminino de posições legislativas e executivas contribuirá em muito para uma melhor justiça social no Brasil. A mulher no poder terá maior sensibilidade para a problemática social e para a realidade do que ocorre com a família no dia-a-dia.

A revolta das mulheres chegou a repercutir, inclusive, em organismos internacionais como a ONU, que instituiu o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher. No Brasil, esta data foi muito importante, pois ressurgiu o nosso espírito de luta.

A nossa proposta é, naturalmente, um grande esforço para aumentar o poder das mulheres, em particular nos espaços políticos e institucionais, o que para nós torna-se um grande desafio. Estamos na luta! Acreditamos que dessa forma estaremos contribuindo para um futuro melhor, onde o direito das mulheres não seja ultrajado; um mundo onde se possa valorizar o ser humano de igual para igual, tendo como principal prioridade a vida, este dom divino, razão de nossa existência.



17 Rio 2004: Os jogos da redenção

O Fluminense (Niterói, RJ) – 9-11-96

Em setembro de 1997, na cidade suíça de Lausanne, um grupo de dirigentes do esporte estará tomando uma decisão importantíssima para governos e habitantes de onze cidades do mundo: a escolha da cidade-sede dos Jogos Olímpicos de 2004. Atenas, Buenos Aires, Cidade do Cabo, Estocolmo, Istambul, Lille, Roma, San Juan, São Petersburgo e Sevilha concorrem com o nosso Rio de Janeiro pelo privilégio de sediar um evento cujo significado ultrapassa em muito os limites do esporte.

Depois dos Jogos de 1984, para os quais Los Angeles foi a única candidata, a disputa para sediar as Olimpíadas tem sido cada vez mais acirrada. Duas candidaturas para os Jogos de 1988, seis para os de 1992 e 1996, oito para os do ano 2000 e 11 para 2004. Como não poderia deixar de ser, as razões para isso devem ser buscadas menos no espírito esportivo e mais no campo econômico. Sediar as Olimpíadas é cada vez mais um excelente negócio, capaz de trazer enormes benefícios não apenas às pessoas e entidades diretamente envolvidas na sua organização, mas à toda a população da cidade escolhida.

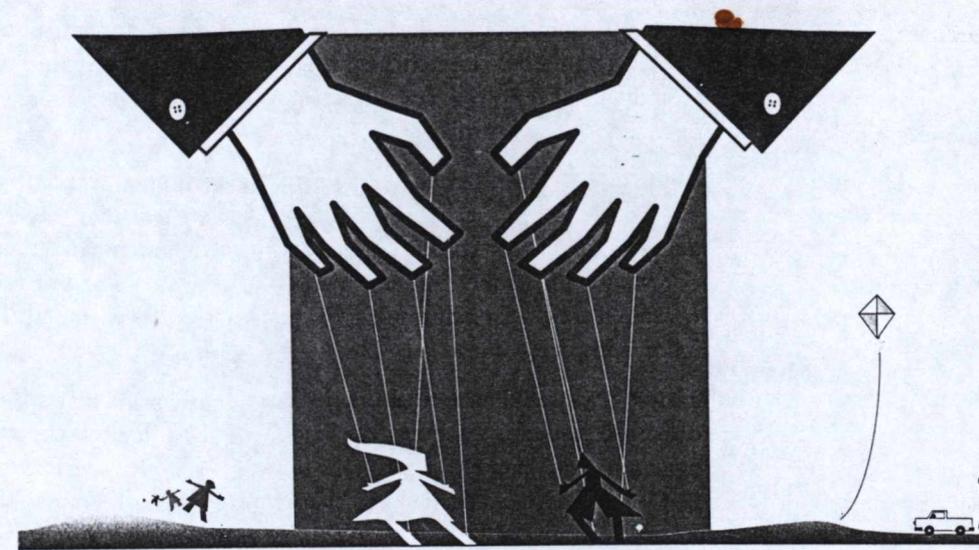
Alguns números podem nos dar uma idéia do que representam os Jogos em termos de retornos potenciais. A Olimpíada de Atlanta vai reunir cerca de 15 mil atletas, técnicos e dirigentes de 197 países, distribuídos em 28 modalidades esportivas, mais 150 mil profissionais – a chamada «família olímpica» –, para um público de 3 milhões de

peças e cerca de 2 bilhões de telespectadores em todo o mundo, para cada um dos dezesseis dias da competição. Embora os custos sejam cada vez mais elevados, o Comitê Rio 2004 calcula que se obterá aqui uma receita da ordem de R\$1,575 bilhão contra custos de R\$1,56 bilhão – um lucro, portanto, de R\$15 milhões.

Estes R\$15 milhões são uma quantia bastante modesta se considerarmos outros fatores relevantes. A cidade que sedia uma Olimpíada é obrigada a realizar inúmeras obras de infra-estrutura que, obviamente, não são destruídas depois de encerrados os Jogos. No caso do Rio de Janeiro, será preciso investir maciçamente não apenas na construção e reforma de instalações esportivas, mas em obras de que a cidade muito necessita, em especial nas áreas de saneamento básico, despoluição da Baía de Guanabara, modernização da rede hoteleira, melhoramentos no sistema de transporte, na segurança e nas telecomunicações. Tudo isso, mais a construção de três novos parques urbanos, vai gerar a criação de 100 mil novos empregos, sem falar na projeção nacional e internacional que a cidade vai ganhar, com reflexos diretos sobre o turismo. Espera-se que, ao final dos Jogos Olímpicos de 2004, o Rio de Janeiro esteja totalmente renovado, dispondo de uma infra-estrutura capaz de acompanhar o progresso das décadas seguintes.

Para que essas projeções se concretizem, faz-se necessário, antes de tudo, unir esforços na luta pela indicação da cidade do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de 2004. É o que está levando pessoas de idéias e opiniões diferentes, e até mesmo conflitantes, a se juntar em prol do ideal comum de tornar vitoriosa a sua candidatura. Vencida essa batalha fundamental, ainda não estará ganha a guerra. É preciso que os setores responsáveis – como os governos federal, estadual e municipal, além do empresariado e da comunidade esportiva – não percam de vista as questões de longo prazo. A possibilidade de enormes lucros imediatos pode desviar o foco dos organizadores, o que seria lastimável ante todo o potencial que um evento como esse representa para uma cidade ao mesmo tempo tão linda e tão sofrida.

Realizar os Jogos Olímpicos de 2004 pode ser a redenção do Rio de Janeiro. Que essa idéia esteja sempre na mente dos que podem concretizar esse sonho.



18 A realidade do trabalho infantil

Folha de S. Paulo (São Paulo, SP) – 12-12-96

Quero registrar o meu grito de alerta sobre a triste situação por que passam milhões de crianças brasileiras, em sua maioria, desassistidas, desnutridas, sem educação básica, caminhando rumo a um futuro incerto e infeliz.

Uma sociedade não é marcada somente por seu progresso econômico, tecnológico ou cultural. Ela pode ser avaliada também por meio da justiça social. É neste contexto que englobamos a problemática dos menores no Brasil que, desassistidos em seus lares, ganham as ruas em busca de uma forma de vida, caindo nas malhas da prostituição e da exploração do trabalho infantil. E assim, milhões de crianças têm sua infância roubada, sendo impedidas da convivência saudável das brincadeiras da infância dentro do lar.

A exploração do trabalho infantil constitui-se em um grave problema social. A Constituição proíbe qualquer trabalho infantil antes de a criança completar 14 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, situação permitida apenas a partir dos 12 anos. Mesmo assim, tal atividade deve ser reconhecidamente leve, excluindo-se, por exemplo, o trabalho exercido nas indústrias, oficinas e na agricultura. Registro um fato importante: estando a criança ou o adolescente trabalhando, é fundamental que lhe seja assegurada a oportunidade de educação.

Dentro da chamada mão-de-obra invisível, as crianças e os adolescentes não aparecem nas estatísticas oficiais e não têm direitos trabalhistas e benefícios previdenciários

garantidos. Mas, segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho), formam no Brasil um exército silencioso de 7,5 milhões de menores, que não têm infância e trabalham como adultos. Técnicos do Ministério do Trabalho já constataram crianças com chupetas na boca e com uma enxada em suas mãos.

A tragédia infanto-juvenil no campo deve ser hoje a grande preocupação do Governo Federal. As crianças ingressam no trabalho a partir dos seis ou sete anos de idade. Trabalham em média dez horas em troca de uma remuneração que varia de R\$ 2,00 a R\$ 6,00 por dia. Tais valores são ainda menores se a mão-de-obra for feminina. As crianças trabalham mas não vêem a cor do dinheiro, porque o pagamento vai direto para a mão dos pais, como forma de complementação salarial.

O emprego da mão-de-obra infantil na agricultura pode ser constatado em quase todas as regiões do País, conforme os dados a seguir: São Paulo – colheita de laranjas e indústrias de calçados (convivendo com o cheiro da cola); Rio de Janeiro – colheita da cana-de-açúcar e de laranjas; Goiás – lavouras de tomate; Mato Grosso do Sul – carvoarias e colheita da erva-mate; Bahia – sisal; Alagoas – produção do fumo; Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte – salinas; Paraíba – rede, colcha e mantas, etc. No Nordeste, a maioria das crianças trabalha na cultura da cana-de-açúcar. Somente na Zona da Mata pernambucana, são mais de 70 mil crianças e adolescentes, representando 30% da força do trabalho no setor canavieiro. Próximo à moagem da cana-de-açúcar, este número eleva-se para 120 mil crianças trabalhando.

Alguns avanços foram conquistados no sentido de uma mudança de rumo e busca de soluções, pelo menos para minorar o problema. Entendo, entretanto, que é necessário implementar ações mais enérgicas para erradicar este câncer dentro da sociedade. O Estatuto da Criança e do Adolescente veio trazer, neste contexto, uma grande contribuição, quando garante direitos específicos para a criança e para o adolescente e propõe políticas integradas de atendimento. Há que superar, entretanto, as políticas meramente compensatórias das injustiças sociais. Dentro de uma ação global, vale destacar o apoio à infância no campo da educação, a exemplo da Bolsa-Escola, implantada pelo Governo do Distrito Federal, que prevê a permanência da criança em sala de aula a partir de remuneração à família desse educando. Não devemos nunca nos esquecer de um princípio fundamental: lugar de criança é junto à família e na escola.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70168-970
Brasília – DF